



A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA — ASPECTOS HISTÓRICOS

José Fernando de Maya Pedrosa

"A História educa. Não sendo apenas ensino, ela permite penetrar no enigma da Comunidade através da catarse que, como se sabe, é fator de aperfeiçoamento.

O artigo é transcrição de palestra proferida, pelo autor, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em setembro do ano em curso. Fornece, ao leitor, uma apreciação inteligente e lúcida sobre as causas da Guerra da Tríplice Aliança, concluindo sobre as lições gerais que dela se podem extrair.

INTRODUÇÃO

Para os militares, o estudo de um caso histórico é oportunidade que o ensino formal dificilmente pode oferecer. A tática, por exemplo, proporciona incontáveis oportunidades para que se aprenda o emprego de forças em campanhas, mas não apresentará ao estudante oportunidade para ajuizar os fatores sociais, os fa-

tores políticos e outros importantes aspectos fundamentais de uma guerra, que nem mesmo a estratégia esclarece bem.

A História, por sua vez, justamente por catalogar pouco, por não ter regras fixas, tem condições de educar o espírito, treinando o pensamento do cidadão acerca das circunstâncias reais, capacitando-o a julgar as

situações, aquilatando as inclinações psicossociais dos contendedores. Isso a deixa menos sujeita aos juízos ligeiros, considerando em seu devido valor a influência ou prevalência de detalhes circunstanciais sobre suas diferentes decisões. A História, portanto, educa.

Não sendo apenas ensino, ela permite penetrar no enigma da humanidade através da catarse que, como se sabe, é fator de aperfeiçoamento. No caso dos aspectos históricos da Guerra da Tríplice Aliança, o exercício deve ter início com uma crítica, mesmo que rápida, das posições ou da historiografia de vários países envolvidos.

"Já lá vai o tempo em que se elogiava o historiador imparcial, isto é, aquele que narrava sem simpatia os acontecimentos", disse Antônio Ruas, ao prefaciар Thomas Carlyle, em *História de Revolução Francesa*.

Ora, como seria possível saber o caráter dos protagonistas dessa guerra, se não fossem os polemistas, os tribunos partidários, os historiadores parciais e os jornalistas apaixonados da época, ou mesmo posteriores, ao conflito? Qualquer pessoa que deseje conhecer essa história levará em conta com seriedade tais depoimentos e tais posições, respeitando o direito de opinião e as motivações de cada um, o que já consiste, em si mesmo, num exercício de to-

lerância, de crítica e de inteligência. Não se pode compreender Francisco Solano Lopes, por exemplo, sem ler pacientemente Juan O'Leary, o historiador mais nacionalista da América do Sul, mas que, indiscutivelmente, levou ao debate a poderosa influência desse líder, inigualável em determinação. Como não se pode entender o herói paraguaio sem ler os depoimentos vivos de seus contemporâneos, dentre os quais Masterman e Thompson, além dos historiadores da catarse do pós-guerra em Assunção, ou os depoimentos de emissários brasileiros.

O panorama historiográfico de todos os tempos sempre se caracterizou pela complexidade e pela divergência, não raro pelo exagero e pela deformação. Assim é que se conhece o ambiente da época. Assim é que se exercita a crítica. Há também a poderosa influência, na História, do interesse de grupo, do interesse nacional, particularmente o interesse de poder, do poder político e até pessoal, e do interesse econômico na aquisição de riqueza, que é uma forma de poder. E há também o ponto de vista carlyliano da prevalência do grande homem como gerador da História. Muito bem. O problema é complexo.

Na Grã-Bretanha e na França, veremos o foco europeu, afastado geograficamente, mas vivendo o seu papel manifesto

de condicionador do mundo. Os britânicos, interessados há séculos no Prata e no Brasil, influíam a cada momento no desenvolver dos fatos como lhes fosse possível, embora, no momento, estivessem em crise com o Império, na Questão Christie. A França Imperial de Napoleão III era simpática a Solano Lopez, a quem conhecera pessoalmente, contrapondo-se a tudo que se referisse aos ingleses, alimentando o mundo com o espírito antibritânico pelo seu jornalismo de inigualável fertilidade, destacando-se o *L'Illustration*, *Journal Universal*, a atribuir aos seus rivais, de forma exagerada ou falsa, a causa da guerra e o desejo de sufocar o Paraguai. O jornalismo portenho inteligente, polêmico, vibrante como sua gente, dividia-se pela figura de Mitre. Os jornais *La Tribuna* e *La Nación Argentina*, insultando Lopez, conclamavam os argentinos à guerra para derrubar o "Tirano das Américas". Mas havia os antimitristas, simpáticos à causa federalista e autonomista, que sempre foi o maior chamariz ideológico da época. Em Montevideú, o caráter panfletário da imprensa, era reflexo natural da grande intolerância de seus caudilhos militares que corriam em constantes lutas pelas campinas. No Paraguai, era a imprensa pelo Estado, como do Estado era a origem de tudo. Aí o Império era o

vilão, o agressor histórico, tal como no dizer de Antonio Nagy, em *El Mariscal de la Epopeya: a guerra*... era entre o crime e a justiça, entre a ambição cesarista e o patriotismo republicano", isto é, a justiça e o patriotismo com o Paraguai e a ambição cesarista imperial com o Brasil.

Na capital do Império, como de resto nas províncias e, muito especialmente, na do Rio Grande do Sul, a imprensa, passada a fase de exaltação dos primeiros momentos da invasão de Mato Grosso e do cerco de Uruguaiana, passou a debater o recenseamento militar, o desenrolar da campanha, as delongas dos chefes militares, muitas vezes em críticas injustificadas que desconheciam o teatro de operações, a obstinação do soldado guarani e de seu marechal, e as dificuldades logísticas impostas pela distância. O Parlamento, a Câmara e o Senado ocupavam-se dos problemas da administração da guerra. As críticas que lá surgiam dirigiam-se mais à posição dos gabinetes nas nomeações de comandos e à conduta política da guerra. Falava-se de abolição, de reforma da magistratura e do sistema tributário, de eleições, de navegabilidade de rios e lagoas. Sem ufania, penso que nosso Parlamento funcionava em padrões europeus, dignificando o regime e caracterizando-o como uma democracia. Suas figuras

ilustres, poderiam constar em nossa galeria histórica, com simpatia e até saudades – Saraiva, Zacarias, Nabuco de Araújo, Theófilo Otoni, Tavares Bastos, Urbano Pessoa, Afonso Celso, Octaviano, José Bonifácio (segundo). Meu Deus! Quantos valores a cultivar!

Concluo que nossa historiografia da época estava à altura do momento nacional, ressaltando as naturais manifestações de emocionalidade. Afinal, fora ferido o sentimento nacional. É este ambiente que precisamos estudar, o ambiente social, aquele que conduz o homem a viver seu drama, levando-se em conta sempre o curso histórico, porque a consciência que uma nação tem de outra é, principalmente, condicionada pelas experiências do seu relacionamento anterior. Ainda hoje este juízo funciona. E ele é acumulativo, é seriado.

Em nossos dias, o pensamento histórico paraguaio, por exemplo, não é o mesmo de 1900, no virar do século. O juízo paraguaio vem evoluindo muito. Houve Juan O'Leary, fazendo ressurgir monolítico o Marechal Lopez, que, no pós-guerra, era execrado na literatura e no próprio pensamento da Nação, e cuja imagem serve hoje para união nacional. Por outro lado, toma-se consciência da defesa dos interesses territoriais do Paraguai pela política externa do

Império, na questão das fronteiras com a Argentina; surgiram a Ponte da Amizade, a estrada Iguaçu-Assunção, a Hidrelétrica de Itaipu. E o tempo anda e andará sempre, mas só é possível acompanhá-lo voltando, de vez em quando, os olhos para o passado.

A DESCONFIANÇA COMO CAUSA DO CONFLITO

Quando o Marechal Lopez, procurou encontro com os aliados em Itaiti-Corá, após o terrível desastre de Tuiuti, expressou um conceito importante para a análise de seu pensamento. Os "imperiais" não estavam presentes, senão Lopez e Mitre, no momento em que o chefe paraguaio assim falou: "A guerra que movi contra o Brasil era pela crença de que o Império não se contentaria com a conquista do Uruguai e que sua dominação seria estendida a outros países vizinhos."

É preciso que se acredite na sinceridade do Marechal Lopez neste caso, porque a interpretação histórica do Paraguai em tudo contribuía para isso. É possível também que suas convicções pessoais estivessem mescladas com suas ambições, com seu jeito de pensar, com as intrigas diplomáticas de Sagastume e de Carrera, com a influência de Madame Lynch, com a monocórdia concordância de

Bergues e outros áulicos no palácio de Assunção, onde se decantavam velhas amarguras contra o Brasil. É possível que fosse também um ardil inteligente para separar Mitre dos brasileiros, naquele momento, grave para o Paraguai. Isto não se sabe ao certo. Nunca se saberá.

É natural que parte importante de nossa historiografia desconheça ou menospreze as razões do Paraguai nesta guerra. E é por este motivo que encontro certo mérito nesta corrente revisionista contemporânea. É o de despertar a consciência nacional brasileira para a versão paraguaia e para as causas pelas quais eles batalharam. Repilo energicamente a visão materialista e iconoclasta dos "lo-pistas" brasileiros, porque ela se desvincula do espírito nacional que, afinal, foi ofendido com a invasão Paraguai. Ela repele a saudável paixão do patriotismo e penetra no delírio ideológico.

Na História, é freqüente o somatório de muitos fatores num só sentido, naquilo que poderíamos chamar de curso histórico. Vejamos o caso paraguaio: os ressentimentos contra as reformas coloniais espanholas que reduziram Assunção a importância menor, ela que refundara Buenos Aires, o isolamento geográfico de país interior, o auto-isolamento político de nação ameaçada em sua independên-

cia durante quase três décadas de Francia, o sentimento de perda territorial e de superação por outros centros de poder, a cultura jesuítica de auto-suficiência, misticismo e vigilância, o desconhecimento quase completo do vizinho de teste e seus reais propósitos, a fidelidade total e obediência irrestrita ao *Caray Guaçu*, o sentimento de ameaça externa oriunda do sul e do nascente – o Brasil desde os bandeirantes do início do século XVII – e as pressões para a reconstituição, nas Províncias Unidas, reeditando o Vice-Reinado do Prata, para eles, paraguaios, símbolo de dependência política e geográfica.

Diante de tão forte síndrome social e política, os fatos para esta gente guarani e sua pequena elite intelectual eram apenas confirmação de seus juízos históricos, o que, junto com outros fatores da própria índole, substraía-lhes a capacidade para suportar o refinado jogo diplomático do Império. Quando residi em Assunção, em 1975 e 76, ainda ouvi muito esta frase em guarani: "*Itamaraty Inãranduve Nanderegui*". (O Itamaraty é mais inteligente que todos nós juntos). É um reconhecimento de que o convite às armas era mesmo um último recurso, porque na diplomacia levariam desvantagem.

A gente paraguaia, plantada em solo favorável era envolvi-

da pelo canto da natureza. No dizer de Justo Pastor Benitez, em *Formação social do povo paraguaio*, “viviavam como uma manifestação da paisagem... a alma da raça... os que a interpretam são os músicos, os poetas e os guerreiros, numa tensão anímica que os eleva e exprime em acentos de autenticidade”. Aí não têm valor, segundo este conceituado cientista social paraguaio, os esquemas organicistas e as interpretações racionalistas. Jorge Masterman, inglês, cirurgião-chefe do exército guarani, confirma tal conceito como testemunha pessoal: “Seria injusto julgá-los ou os seus atos pela mesma norma europeia e pelas regras somente aplicáveis a nações que gozaram de civilização absoluta.”

De muitas formas, este é um notável sentimento de autenticidade de um povo que se julga bem com a sua origem indígena, com sua geografia e com sua simplicidade e trivialidade, sentimentos incomuns na América Latina de colonização ibérica, onde a arrogância e a restrição ao elemento de origem indígena prevalecem quase sempre.

Mas, dessas informações insuspeitas, pode-se concluir pela diferença entre Assunção, Rio de Janeiro e Buenos Aires, estes dois últimos centros mais europeizados, de maior avanço intelectual e econômico, fundamentos do progresso, principal-

mente naquela época.

Estudos de documentos paraguaios publicados em livros e depoimentos de memorialistas assinalam o desconhecimento, por parte deles, de nossa população, de nossa articulação com a Europa desde a abertura dos portos por D. João VI, predominando em suas elites o conceito depreciativo da instituição da escravidão e do ‘cesarismo imperial’, idéias evidentemente incompletas e deformadas.

Julgo que tal desconhecimento promoveu um clima de desconfiança, por não terem sido levadas em conta as nossas possibilidades e propósitos. E havia fortes razões aparentes para essa atitude, como vimos e como veremos ainda.

No Paraguai, o termo ‘bandeirante’ ainda hoje deixa transparecer a conquista *manu militares* de territórios nacionais e os sacrifícios impostos à sua gente pelas expedições contra Guairá, atual território paranaense, onde existiam trezentos mil índios aldeados em treze povoações. ‘Guairéños’ são os nascidos em Villarica, uma cidade oriental fundada por remanescentes que fugiram do massacre de 1631. Em Itatins, Mato Grosso, que eles reivindicavam para si, foram os índios massacrados até 1718, quando Pascoal Leme os expulsou definitivamente de lá. Ficaram marcados na alma pacífica dos índios aldeados os mé-

todos ofensivos, de terror e crueldade, das tropas bandeirantes, sentimento que transpassou gerações e gerações.

Nesse clima emocional não cabia lembrar os esforços do Império em reconhecer a independência paraguaia e em empenhar-se em sua manutenção diante de Buenos Aires.

Compreendido assim o sentimento paraguaio, veremos o que ocorreu no Prata, posto que Uruguai e Argentina foram agentes ou atores dos episódios que formaram o ambiente conflituoso na região.

A expansão territorial fora uma constante na fase colonial portuguesa, sendo o rio da Prata, ao sul, e o rio Paraguai, quicá os Andes, a oeste, os limites naturais deste formidável movimento. Os conflitos em torno da Colônia do Sacramento, fundada em 1680 e cedida por Tratado de 1750, são o maior testemunho dessa expansão, além do esforço de povoamento do Rio Grande – Viamão, Laguna, Santa Catarina, onde a rua confundia-se com a barricada e o reduto com a cidade.

A reação espanhola a essa expansão, principalmente como reflexo das guerras européias, foi também uma constante – a Guerra dos Sete Anos (1756-63), inclusive a campanha pelos Sete Povos, a ofensiva de Cevallos (1762), a de Urtiz e Salcedo em 1773, para não falar

da criação do Vice-Reinado do Rio da Prata em 1776, uma evidente reação ao perigo português.

Continuaram os conflitos nas três primeiras décadas do século XIX, a começar pela Campanha de Mato Grosso em 1801, no contexto de mais uma guerra peninsular. Seguiu-se a série de intervenções com a Expedição Pacificadora de 1811, a invasão e incorporação da Banda Oriental, agora Província Cisplatina, por tropas luso-brasileiras, a guerra com Artigas e Rivera, de 1816 a 1820, e os onze anos de ocupação brasileira. Era o velho sonho expansionista lusitano, agora configurado com clareza meridiana e causa imediata da Guerra da Cisplatina (1826 – 27), cujo resultado mudaria tudo a respeito de nossa política e a de Buenos Aires no rio da Prata, como veremos adiante.

A história é longa e complicada. A Guerra da Cisplatina entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata mostrou a inconveniência de chegarmos tão longe. A Batalha do Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827 (Ituzaingó para os argentinos), levou os dois tradicionais adversários a uma nova posição que é basicamente a solução de nossos dias:

O Império desiste da Cisplatina, a Argentina desiste das Províncias Unidas, surge a Re-

pública Oriental do Uruguai; a configuração política do Prata parece natural agora. Reconheceu-se a altivez histórica dos orientais, um povo irrequieto, ativo e inteligente. Criou-se um estado intermediário, garantidamente independente pela Convenção Preliminar de Paz, que foi a sofrida certidão de nascimento desse país vizinho.

Mas, pergunta-se: Por que essa solução não eliminou a possibilidade de conflitos no Prata? Por que surgiram ainda a Campanha de 1851-52, a Divisão de Observações de 1854-56, e a intervenção de 1864?

Eis a história. Era a disputa do poder, eram os confrontos de interesse entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro, era a instabilidade do caudilhismo militar do Uruguai, que durou cinquenta anos de tropelias, até a pacificação dos ânimos guerreiros de seus chefes.

Mas o Império, a partir de 1827, ficará realmente salvo de acusações de hegemonia e conquista territorial além de suas atuais fronteiras. Isto é historicamente reconhecido. Muitos círculos importantes do Prata, em ambas as margens, tinham conceito surpreendentemente elevado do Império, embora houvesse opositores e panfletários que pensavam diferentes. A intervenção de 1851-52, contra Oribe e Rosas, fora muito

bem entendida e aplaudida em Buenos Aires, e os documentos da época atestam o Brasil como garantia da liberdade na América do Sul. A justiça à nossa desambição foi sintetizada com precisão pelo uruguaio Andres Lamas: "Não conheço um só estadista brasileiro que não repila com horror a idéia da incorporação do Estado Oriental ao Brasil."

Mas, tantos anos passados, o Paraguai ainda pensava diferente e julgo que o principal motivo dessa situação é a limitada presença dele na convivência continental. Por isso, o nosso relacionamento diplomático em Assunção era simplesmente desastroso. Consultando os depoimentos da época, principalmente os debates no Parlamento e a correspondência diplomática de nossos plenipotenciários e emissários especiais, tem-se no Império a diplomacia paraguaia como desconfiada, intransigente e enigmática, salvando-se, é claro, a abertura de Carlos Antonio Lopez para o exterior. E, quando esse grande líder abriu o Paraguai, passou o país a sofrer as intrigas próprias do caudilhismo, da desunião no Prata e da sagacidade comum aos descendentes dos espanhóis aqui no continente, fato que muito dificultou nossa diplomacia. Mas devemos ter em conta que consideravam nossa diplomacia intransigente, sobretudo

enganadora, e, no dizer dos jornais, também desonesta.

Eis o resumo dos fatos:

A Missão Pimenta Bueno em outubro de 1844, a Missão Gelly no Rio de Janeiro, em 1847, o Tratado de 1850 (sob o clima favorável contra Rosas), após a desagradável ocupação de Fecho dos Morros, e o orgulhoso revidar paraguaio, o incidente Pereira Leal com Carlos Antonio, em 1853, a esquadra brasileira no rio Paraguai, em 1855 (Pedro Ferreira de Oliveira), uma inócua demonstração de força repelida com orgulho e certa paciência por Carlos Antonio, o Tratado de 1855, a Missão Bergues no Rio de Janeiro, o novo Tratado de Amizade de 1856, a Missão Rio Branco (Paranhos) em Assunção, em janeiro de 1858. Era quase sempre o mesmo. O Império queria separar a questão de limite, que poderia ser protelada, da questão de navegabilidade do Rio, que deveria ser resolvida imediatamente. A posição do Paraguai era precisamente a oposta.

O trunfo paraguaio era o rio, como acesso a Mato Grosso, enquanto o Império não podia ceder terras, nem dispensava a navegação livre. A conclusão a que chegamos para uso nos dias de hoje é que a política externa brasileira deva quebrar qualquer isolamento cultural e geográfico em sua vizinhança. Aliás, como

se sabe, tal diplomacia vem sendo amplamente seguida.

O DESEQUILÍBRIO COMO CAUSA DE CONFLITO

Não se sabe ao certo a partir de quando se devem estudar os antecedentes da guerra, que a rigor, provém das rivalidades espanho-sul-americanas e de suas conseqüências aqui, dobradas através dos séculos, conforme já ficou exposto.

Dois períodos diferentes podem ser assinalados nesses antecedentes: o expansionista ou reivindicatório, até D. Pedro I, e o intervencionista, a partir daí até 1870. Havia um atraso de quase quarenta anos, no juízo de Assunção. Já não éramos expansionistas desde 1827.

Mas o espírito da Convenção Preliminar da Paz não se concretizou totalmente, pelo que Tasso Fragoso classificou de "amargas decepções". A boa vizinhança com o Brasil seria perturbada por dissidências internas nos pampas e por alianças ameaçadoras aos objetivos de equilíbrio do Império ao sul de suas novas fronteiras. A preocupação nossa era a mesma — evitar alianças que contrariassem a velha estratégia brasileira de equilíbrio, como a que ocorrera em 1825 com as Províncias Unidas. O espírito localista e o caudilhismo militar continuavam a tecer dificuldades aos nossos

objetivos de paz e soberania e a promover tropelias em nossas fronteiras. As províncias argentinas não se submetiam a um poder central em Buenos Aires ou se juntavam ao Uruguai para objetivos comuns inconvenientes ao Império. De 1828 a 1852, não houve a concórdia no Prata. O Uruguai novamente não conseguiu normalidade política, transformando-se em campo de batalha com Lavalleja, Oribe, Rivera, até que para confirmar a justeza das inquietações do Império, surge a aliança em torno de Rosas. Daí, os acontecimentos de 1851-52.

Esse panorama estava acompanhado pela nossa diplomacia, que combinava as chamadas “missões” com a ação da esquadra e a concentração de tropas na fronteira, chegando às vezes ao emprego da força, em 1851-52, 1954-56 e 1864.

Um fator também muito importante a gerar desequilíbrio foi o descaso do Império pelo Exército. Historicamente, isto é reconhecido como uma das causas da guerra. Nossos efetivos eram exíguos, pouco mais de um quarto dos efetivos paraguaios, em 1864. Não havia serviço militar obrigatório, o recrutamento era insuficiente, e o voluntariado imprevisível. A Guarda Nacional era um contingente apreciável, porém com fraca preparação militar. Como

exemplo, recordemos Mato Grosso, com mil efetivos espalhados em quatrocentas léguas de fronteira ameaçada. Como disse o Conselheiro Afonso Celso “a História não absolverá os que imprudentemente desarmaram o País em seus dias plácidos para estigmatizar os que souberam defendê-lo com energia e tenacidade nos dias de provocações”. (1868)

No início da guerra, o Brasil tinha 21 mil homens em armas, e o Paraguai, 70 mil. Tal situação foi perfeitamente interpretada por Joaquim Nabuco, quando avalisava o enfraquecimento militar nacional no seu clássico *Nabuco de Araújo, um Estadista do Império*: “A imprevisão era geral; era de todos os nossos homens públicos e assestavava sobre o preconceito político de que a amizade, a aliança do Paraguai era principal interesse do Brasil no Prata. Esse preconceito era tão forte que, sem a agressão de Lopez, dificilmente teriam estadistas brasileiros daquela época consentido em mover o nosso exército e esquadra contra o Paraguai.” A se acreditar em Nabuco, o Marechal Lopez estava completamente equivocado em relações às intenções do Brasil, naquela entrevista do Iataiti-Corá. A conclusão óbvia a que chegamos é a de que o equilíbrio militar e o político são fatores de segurança externa.

A INFLUÊNCIA PESSOAL DE UM LÍDER NÃO É DESPREZÍVEL

O que desejo agora é mostrar a importância de um líder carismático no curso dos acontecimentos.

Pensando bem na figura de Solano Lopez e percutindo o seu ambiente, lembrei-me de citar novamente Antônio Ruas, prefaciador de Carlyle, quando disse: "É sempre útil ao homem, na embriaguez de seu triunfo, alguém que lhe lembre as calamidades. Pode assim moderar-se e ficar mais sóbrio."

Esse tipo de pessoa não existia no Paraguai de 1864. Havia um congresso submisso, que se ocupava de questões de soldo de seu Marechal, e proibi-lo de expor seu físico ao combate, de aplaudi-lo de pé, elogiá-lo e de declarar guerra segundo sua vontade superior. Não havia oposição, não havia liberdade de imprensa, e o medo encobria em manto de silêncio aqueles poucos que dispunham de conhecimento acerca do Brasil e da Argentina. Note-se que o Congresso entrou em recesso logo após a declaração de guerra.

Segundo Juan O'Leary, que iniciou o revisionismo sobre o Marechal (1921), com seu famoso livro *El Mariscal Solano Lopez* — "Todo o poder do Paraguai estava em sua pessoa...

....Solano Lopez é o espírito do Paraguai convertido em aço de espadas." Essa frase dá o que pensar e diz tudo. O mais é penetrar no pensamento desse homem obstinado, desse patriota inflexível chamado Solano Lopez, para entender parte da convivência internacional sul-americana naquela época.

Para nós, brasileiros, pode parecer estranho que um povo de quase um milhão de habitantes e que ficou reduzido a 14 mil homens válidos e 215 mil mulheres, velhos e crianças tenha tanta veneração hoje por essa figura dramática e formidável aos seus olhos. Mas não podemos estranhar tal atitude. Pelo contrário. Nela vejo e sugiro à meditação o fato da mente social paraguaia ter em seu herói a sua própria imagem.

Os críticos desse culto ao Marechal dizem que ele é apenas o apanágio da liderança militar ultranacionalista, numa época em que o importante é o desenvolvimento social e econômico, o bom relacionamento internacional, aspectos que julgamos ausentes no Marechal. Esquecem os críticos que a união nacional em torno da resistência aos gigantes vizinhos ainda é a principal preocupação; ainda é o substrato da mente paraguaia.

Em qualquer situação, deve-se respeitar a versão histórica de cada país, porque, apesar da verdade factual ser uma única,

existem as interpretações segundo a cultura nacional e sua visão da vida.

Sabemos que quanto mais poderoso é um governante, mais ele se torna isolado e sujeito a erros de apreciação. Passados os tempos, os próprios paraguaios reexaminaram os fatos e concluíram por alguns erros de apreciação cometidos pelo seu governante, dentre eles o de ter contrariado o conselho de seu ilustre pai, Carlos Antonio Lopez, imediatamente antes de falecer, no sentido de que solucionasse os problemas pendentes com o Brasil pela pena da diplomacia, nunca pela força das armas. Recente literatura revisionista, entretanto, suspende tais críticas. Isto é um fato recente. E mais, surge no próprio Brasil uma corrente de "lo-pistas", dentre os quais está Júlio Sciavinatto em *Genocídio Americano*, aceito como livro base por algumas ou muitas universidades de nosso País, tal é o prestígio de seu texto pelos que militam na contestação sistêmica dos nossos valores.

Os críticos das estratégias militar e política de Lopez levantam a polêmica sobre sua genialidade, nunca subtraindo a sua heróica resistência e a grandeza de seu holocausto.

Acredita-se que ele superestimou a neutralidade de Buenos Aires e subestimou a capacidade do Brasil e da Argentina, não

apenas quanto às suas possibilidades de comporem uma sólida aliança em 1º de maio de 1865, como em sua capacidade de mobilização. Apreciou erroneamente o sentimento antibrasileiro e antimonárquico de Montividéu e Buenos Aires, desconhecido que, mesmo em posições antagônicas, muitas das vezes havia uma nova admiração e até compreensão dos motivos do Brasil no Prata a partir de 1827, mais ainda de 1852.

Segundo os seus críticos, o Marechal falhou quando considerou a hipótese de uma revolta de escravos, uma espécie de sublevação interna a fazer ruir a estabilidade imperial brasileira.

Superestimou também o apoio de Urquiza e de seus *teratenientes* no quadro das divergências de Entre Rios e Corrientes com Buenos Aires, operou em Corrientes sem objetivos definidos, considerou suficiente a tropa de Estigarribia no Rio Grande, apesar de sua intenção ser a de definir ali a guerra. Acertara na invasão de Mato Grosso, cobrindo-se ao norte, entretanto não levava em conta a enorme indignação nacional brasileira pela agressão, o que seria fator importante para a vitória aliada. Faltou-lhe, certamente, conhecimento acerca do Império. Poderia ter ouvido mais Mitre e menos Sagastume, ideal que era impossível pela sua personalidade. O conhecimento

recíproco é fator de paz internacional. Segundo Pedro Calmon, "Lopez enganou-se porque quis". É um modo de ver as coisas. A meu ver, Lopez enganou-se porque tudo contribuía para isso: seu isolamento, suas experiências de vida, suas convicções.

Esse Aspecto também muito curioso da historiografia iniciada por O'Leary, em 1921, é a de justificar a conduta intransigente e insensível do Marechal com seus patrícios, familiares e auxiliares diretos caídos em desgraça, pelo argumento superior das razões de Estado. Sufocara com muito sangue a conspiração contra ele, o Estado personificado, atingindo quem quer que fosse, em momento de guerra. O culto a essa faceta parece esquisito aos olhos do liberalismo do Estado moderno, no qual o indivíduo, em princípio, é superior ao Estado, não apenas filosoficamente, como na práxis.

É tão verticalizado esse culto ao Marechal, que Natalício Gonzalez, expressiva figura de patriota, sem mensurar a destruição de seu país, os anos de viuvez, pobreza e sofrimento de seu povo em consequência da guerra, assim qualifica a passagem do Marechal Lopez à frente dos destinos do Paraguai: "Seu aparecimento no cenário da História foi providencial. Trouxe uma missão para cumprir sobre a Terra, e, uma vez cumprida,

dela se afastou para viver na eternidade."

Enfim, eis aí o homem que resistirá certamente a um milênio na memória continental e que, por si só, abalou um continente.

Mas, repito e concluo. O ensinamento histórico está na enorme influência que um líder carismático pode oferecer em uma nação sofrida, isolada de convívio e de caráter mais anímico que racionalista.

A HISTÓRIA SE MANIPULA

Os historiadores marxistas, seguindo a inspiração dos sociólogos e proselitistas da mesma ideologia, entraram fundo no revisionismo de nossa história, agora sob o enfoque da luta de classes, dos fatores de produção e dos "imperialismos".

Esse assunto interessa ao estudo do problema, pelo menos para provar que a história pode servir para finalidades ideológicas, subtraindo crença nos valores espirituais e morais da nação. Essa escola revolucionária poderá abalar a paz social. Eis o motivo para tanto descrédito da ciência histórica e eis uma explicação a mais sobre tanta descrença de nossos jovens no heroísmo nacional e nos sacrifícios de nossos antepassados.

Divulga-se hoje que os ingleses foram os causadores da guerra, feita para destruir a nas-

cente concorrência paraguaia, abrir suas terras ao plantio de algodão e destruir a única “ovelha negra” da América do Sul, o Paraguai, pelo seu acentuado estatismo. A versão de Leon Palmer, em *La Guerra del Paraguay*, a de Antonio Nagy, em *El Mariscal de la Epopeya*, por exemplo, e a do já citado Sciavinatto, em *Genocídio Americano* é neste sentido, não tendo sido necessária sequer a crítica das fontes. Segundo o citado Leon Palmer, “o exemplo paraguaio (de socialismo) se fez intolerável”!

Não há, a respeito de nossa situação em 1864, nenhuma referência importante no editorial paraguaio. O revisionismo desconhece esse assunto, quase da mesma forma que os paraguaios o desconheciam. Além das florestas do Alto Paraná, havia um Brasil julgado como sociedade escravagista e subordinada ao “César” D. Pedro II, expansionista, interesseiro. Não se sabia que éramos uma democracia coroadada, praticando um parlamentarismo esclarecido, com rodízio de partidos no poder, com o imperador moderando as disputas políticas. Não se sabia que exportávamos café, algodão, cacau. E que possuíamos, já em 1850, cinquenta fábricas com 54 mil operários (afora os engenhos de açúcar), que tínhamos uma política protecionista desta indústria inci-

piente (tarifas Alves Branco), com superavit de exportações, com rodovias ligando Minas Gerais ao Rio de Janeiro, Santos a São Paulo e Rio Negro a São Francisco do Sul, todas em região montanhosa com inúmeras obras de arte. Que em 1852 inauguramos uma ferrovia, que possuíamos companhias regulares de navegação fluvial e marítima, estaleiros navais, diques flutuantes, Banco do Brasil. Não se sabia que recebêramos, a partir de 1820, mais de 80 mil imigrantes alemães organizados em sociedades colonizadoras e que cotidianamente se golpeava a escravidão com nova legislação libertária. Não se levava em conta que qualquer idéia do imperador de incorporar terras dos vizinhos teria gerado debate nacional, já que a liberdade de opinião era amplamente praticada. Enfim, nada ou quase nada se sabia do Brasil em Assunção, atitude repetida pelos revisionistas ainda hoje.

O Paraguai singelo, isolado, com elites diminutas, com menos de um milhão de habitantes, produzindo mate, quebracho, madeiras, com um forno para minério de ferro de baixo teor, um telégrafo militar, uma ferrovia de 53 km e um navio por dia em seu porto, seria capaz de ameaçar economicamente o Brasil com seus oceanos largos, recursos ilimitados, elites políticas comparáveis às dos países

europeus, com grandes cidades litorâneas como Recife, Salvador e Santos, população beirando os oito milhões?

Depoimentos de Masterman e Thompson atestam a singeleza de um povo paraguaio conformado, de boa fé, ligado aos seus valores anímicos tradicionais. Compare-se tal panorama de Assunção, com 20 mil habitantes, com o do Rio de Janeiro de 1864, extrapole-se o número de suas carruagens, navios, edificações, bancos, fortificações militares. Mas nada disso convence. Os livros revisionistas mostram o mais comezinho desrespeito às regras da crítica de fontes históricas. Panfletos de guerra, boatos, correspondência individual suspeita são considerados como provas, desde que satisfaçam o apetite iconoclasta destes “historiadores políticos”, para citar o autoqualificativo que o autor de *Genocídio americano* deu a si mesmo em jornal paulista. Isto não é História. Pode ser que seja doutrinação ou indução dos incautos e desprevenidos de uma sociedade sem críticos, sem satíricos ou sem defensores. Nesta mesma linha de busca de “fontes” históricas, os revisionistas descobrem improváveis ligações do Barão de Mauá, o grande magnata da época, com os fatos políticos e diplomáticos, em acertos com a Inglaterra, urdindo tramas de interesses excusos

para eliminar a concorrência do Paraguai. Esquecem-se das dezenas de causas históricas, geográficas e sociais de tanta expressão, através de séculos, para serem atirados os fatos ao pântano dos interesses viscerais e de negócios. Não se pode negar a influência desses fatores. O exagero e a deformação é que devem ser denunciados.

É como disse Fueter em *História da Historiografia Moderna*: “Desde que a história se põe a serviço das tendências da política militante, perde seu valor científico.” Assim me parece que tal movimento revisionista está impregnado de interesses não apenas ideológicos como políticos. Vale como referência para a história de hoje, nunca, para a de ontem.

É claro, e se compreende: os revisionistas estão inspirados também no ceticismo mundial conseqüente das catástrofes de 1919 e 1945. São chamados realistas contemporâneos, cuja produção artística, literária, arquitetônica invadiu o mundo atual – Siqueiros, Gross, Rivera, Eric Remarc, Jean Paul Sartre, Chagall, Marx Ernst, Picasso, Tamayo e dezenas de outros. A chamada arte informal era a condenação ao militarismo, ao capitalismo, à opressão dos operários, à sociedade consumista, ao ideal burguês. É o que chamaríamos movimento de vanguarda, que deu vida nova

às artes e inspirou as atitudes da sociedade ocidental daí por diante, e que, há apenas dez anos, com trinta de atraso, vem abalando a União Soviética de hoje, através dos dissidentes.

Basta recordar o cinema novo — *Hiroshima, meu amor*, *Crepúsculo dos deuses*, *Uma rua chamada desejo*, *O salário do medo*, *Diário de um pároco de aldeia*. Os quadros de Picasso, a poesia de Neruda, o romantismo de Garcia Marques.

Naturalmente não se deseja frustrar as manifestações culturais e artísticas, seria um absurdo. É, sim, defender o amor à Pátria e aos valores nacionais, promover a admiração pelos homens que por ela se sacrificaram. É barrar o exagero, a deformação histórica, a mistificação. Esta causalidade histórica é moda desde o Manifesto Comunista de 1848, agravada por uma tendência cultural européia não marxista após a guerra franco-prussiana de 1870.

A escravidão impressionava e ainda impressiona a mente daqueles que a tomam como base para denegrir nossos valores. O autoritarismo entre nós, ibero-americanos, estava muito mais nas repúblicas de lá do que no Império daqui, embora se deva reconhecer a qualidade humana de um Sarmiento, de um Mitre, o idealismo irrequieto de Artigas, o realismo inteligente de Venâncio Flores, a inteli-

gência e a lucidez de Andres Bamas. Mas havia entre as repúblicas vizinhas, em meio a um belíssimo idealismo de fundo liberal, a aparição de caudilhos bárbaros, caracterizados tão precisamente em *Facundo Quiroga*, de Sarmiento, símbolo de um povo vibrante em busca de liberdade, mas mergulhado em ambições personalistas e caudilhescas que marcariam, em ambas as margens do Prata e do Paraná, tantas vicissitudes políticas.

E este ambiente está caracterizado na literatura portenha com grande precisão, na poesia, no romance, nas memórias.

Diante do exposto, verifica-se que falta um movimento cultural inteligente contra esse revisionismo internacionalista, para resgatar na opinião pública, já por ele influenciada, os nossos valores históricos. É um apelo. É uma razão de sobrevivência de valores nacionais inalienáveis, uma questão de justiça para com aqueles homens magníficos. Há que se rever sempre a História, mas com honestidade e espírito científico.

AS GUERRAS MODIFICAM OS POVOS

A Guerra da Tríplice Aliança imprimiu ou acelerou um notável impulso modificador nos rumos de cada país participante e criou

uma nova fase de procedimentos internacionais entre eles.

O Paraguai não deixou de existir pela força de sua gente, pelas suas profundas raízes culturais e pela importância da mulher na sociedade guarani, praticamente as únicas sobreviventes da hecatombe.

Foi notável, embora pouco comentado, o empenho do Império em defender os interesses territoriais do Paraguai de pós-guerra e o trabalho do conselheiro Paranhos na reconstrução do país, dando-lhe completa jurisdição civil, prestigiando as autoridades constituídas e organizando as funções do Estado. Inspirava-se a diplomacia brasileira no art. 8º do Tratado de Maio, que assegurava, derrubado o governo de Lopez, a independência e a soberania paraguaias.

O Paraguai, também, mudaria muito. Concluiu-se a fase dos três ditadores esclarecidos, e teve início a fase liberal que duraria de 1870 a 1954, fase politicamente conturbada, de sofrida adaptação aos padrões mais elevados de conduta e organização política, de muitas revoluções. Claro está que há os realistas, que encontram no autoritarismo gerencial uma solução adequada ao caráter nacional paraguaio. Isto se discute, mas é outro assunto. Quebrou-se o isolamento do país, progressivamente, e o povo

passou a ter acesso à cultura e à informação. O Paraguai passou a gozar da plenitude de seu relacionamento internacional, embora as consequências da hecatombe de 1870 ainda hoje existam na fisionomia nacional, apesar da vitória paraguaia no Chaco, neste Chaco ocupado pela Bolívia com base em antigas divisões territoriais e direitos que julgava seus, o que só foi feito porque o Paraguai, exaurido pela guerra com os Aliados, não o pôde fazer anteriormente.

A Argentina consolidou sua unidade nacional com a decadência natural do caudilhismo e do regionalismo. O Uruguai firmou definitivamente o próprio caminho e não considerou mais o histórico intervencionismo pacificador.

O Brasil libertou os escravos, proclamou a República, esqueceu as desuniões provinciais, abriu um novo caminho político no federalismo com os necessários mecanismos tão importantes para a unidade nacional. Desapareceram as ameaças e aspirações autonomistas porque se sentiu a importância da idéia de país grande. Diminuiu muito o intervencionismo dos ingleses em nosso País, por terem reconhecido nossa superioridade local e experiência militar em guerra prolongada.

CONCLUSÃO

O cenário é novo. A História não se repete. No máximo poderíamos imaginar uma divisão ideológica da América do Sul a levantar novas alianças e novas divergências internacionais. Tal especulação não significa, no entanto, que se repita uma guerra com as características daquela, porque não há mais país isolado por aqui, não há mais caudilhismo e vigora no momento o bom relacionamento internacional conveniente a todos. Prevalece com clima diferente daquele de 1864, quando a paz não era símbolo importante na opinião geral.

Mas, que lições gerais podem ser retiradas da história desta guerra?

Eu diria que nossa diplomacia, nossa política externa, nosso aparelhamento militar atendem a estes ensinamentos:

- Manter comunicação, relacionamento, amizade e empreendimentos entre os países vizinhos para evitar isolamento e desconfiança;

- Manter um aparelhamento militar que assegure equilíbrio entre todos. Evitar a corrida armamentista no subcontinente, principalmente em países que, no futuro, adotem ideologias diferentes;

- Considerar a possibilidade da existência de países totalitários na fronteira que, através de

forte ideologia e da ação de um líder carismático, possam ameaçar a tranquilidade e a paz nas proximidades;

- Atentar para a impregnação ideológica do revisionismo histórico marxista e esboçar uma reação através de um movimento cultural em defesa de nossos valores.

No que se refere aos ensinamentos históricos do campo militar, espero que sejam aprofundados. Caxias é uma figura em torno da qual gira um grande espectro de temas para meditação: o relacionamento entre a política interna e o comando de um TO extracontinental; os problemas do comando interaliado; a organização logística do TO; o risco calculado, a presepça do chefe militar, a estratégia e a tática que empregou, as manobras que concebeu e realizou.

Vê-se que a Guerra da Tríplice Aliança, mesmo distante mais de um século, ainda pode servir para a formação do chefe militar.

Tenhamos em conta que a liberdade propicia maior número de informações para decisões mais sábias e que a opressão leva ao obscurantismo.

A riqueza promove prudência e intercâmbio de interesses comuns, e a pobreza promove o desprestígio político, o medo, o arrebatamento de elites, às vezes, inconseqüentes.

Ressaltemos o valor da di-

plomacia, inclusive de seu componente militar, como a extraordinária Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai.

Ressaltemos o valor das organizações regionais para integração econômica e política da América do Sul.

Devemos repelir com energia as acusações de que fomos genocidas, porque a conduta de nossas tropas no território paraguaio, se não foi imparcial, pelo menos foi humana.

Tenhamos todos nós definitivamente em conta que a guerra não foi por livre escolha do Brasil, nem provocada por potências extracontinentais e sim por causas que se arrastaram por séculos aqui mesmo. Soubemos apenas dignificar a honra nacional e garantir o equilíbrio no Sul. Cumprimos o nosso dever com dignidade e humanidade. Trabalhemos agora para que as gerações presentes e futuras tenham tanta determinação como aquela de 1864.



O Cel Inf QEMA José Fernando de Maya Pedrosa foi instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Como oficial superior, foi também Adjunto da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai, Oficial de Gabinete do Ministro do Exército, Comandante do 19º BC, Chefe de Seção de Geografia e História do Estado-Maior do Exército. É sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Diplomado com o Curso Superior de Guerra, da ESG, turma de 1983.